



42

REVISTA
PORTUGUESA
DE
HISTÓRIA

COIMBRA 2011

Cem anos de lideranças

António de Vasconcelos e os seus sucessores à frente da FLUC

CARLOS ASCENSO ANDRÉ

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Centro de História da Sociedade e da Cultura – FLUC
caa@fl.uc.pt

Resumo:

António Vasconcelos, o primeiro Diretor da Faculdade de Letras de Coimbra, nomeado logo após a sua criação, em 1911, definiu, na Oração de Sapiência que foi chamado a pronunciar, na abertura solene do ano letivo de 1911/1912, todo um programa para a Faculdade recém-criada. Nesse rumo se mantiveram, de alguma forma, os seus sucessores, pelo menos até 1974, alguns dos quais voltaram a insistir nesses mesmos princípios programáticos, no mesmo espaço e em idênticas circunstâncias. O presente estudo visa apresentar algumas das marcas fundamentais da ação desenvolvida pelos Diretores e Presidentes de Conselho Diretivo da FLUC ao longo dos seus cem anos de história, com destaque para os que exerceram as suas funções até 1974, e as linhas fundamentais do rumo que, sob a respetiva liderança, a Faculdade de Letras de Coimbra foi seguindo, assim consolidando a sua identidade no ensino das Humanidades em Portugal.

Palavras chave:

Faculdade de Letras; Diretor; Princípios programáticos; Letras; Humanidades.

Abstract:

António Vasconcelos, the first Dean of the Faculty of Arts of Coimbra, appointed soon after its inception in 1911, lays down, in the sapient oration he was summoned to pronounce at the solemn opening of the academic year of 1911/1912, an entire program to the newly created Faculty. His successors, at least until 1974, somehow kept a similar course: some of them insisted again on these same programmatic principles, in the same space and in identical circumstances. The present study aims to present some of the key traits of the action developed by the Deans and Presidents of the Faculty Council along its hundred years of history, with emphasis on those who exercised their office until 1974, as well as the fundamental course lines that, under their respective leadership, were followed by the Faculty of Arts, thus consolidating its identity in the teaching of Humanities in Portugal.

Keywords:

Faculty of Arts; Dean; Programmatic principles; Arts; Humanities

“Se num regime aristocrático poderia, por hipótese, admitir-se a reserva da cultura humanista como privilégio das classes dirigentes, que monopolizam o poder e as principais funções sociais, em uma sociedade, na qual se acha implantado, como na nossa, o regime democrático, é que tal monopólio não pode admitir-se. É necessário, é indispensável vulgarizar a instrução por todas as classes; é absolutamente inadiável fazer infiltrar a cultura humanista por todas as camadas, a fim de orientar e guiar os cidadãos de hoje, e preparar os do futuro.

O homem, naturalmente conservador e tradicionalista, por índole aferrado à rotina, para se arrancar a essa inércia, que domina toda a natureza, tanto material como moral, para se erguer contra o instinto, contra a rotina, contra o prejuízo tradicional, contra o fanatismo, quer religioso, quer político, precisa de tomar posse do seu ser, de lhe surpreender as energias e os defeitos, de ter consciência clara dos seus instintos e paixões, de poder pesar as suas responsabilidades, condição para bem usar da sua liberdade; só assim ficará habilitado a traçar racionalmente, cientificamente, a sua linha de conduta, e a aniquilar inflexivelmente os elementos que querem tiranizá-lo, que pretendem obstar a que ele caminhe na senda do progresso e do dever.

Ora essa educação, simultaneamente moral, política e cívica, tão necessária em uma sociedade democrática, só pode ser dispensada pela cultura humanística; é função, já directa, já indirecta, das Faculdades de Letras.”¹

Com estas palavras, pronunciadas diante do claustro universitário, na abertura solene do ano lectivo de 1912/1913, o segundo depois da criação da Faculdade de Letras de Coimbra, sintetizava António Ribeiro de Vasconcelos o sentido, a importância, o valor e o papel dessa mesma Faculdade. Aquele que foi o seu primeiro Diretor deixava, assim, evidente que tinha aguda consciência, ao mesmo tempo, da missão da escola a cujos destinos presidia e que viria a liderar durante uma dezena de anos e das dificuldades com que tinha de confrontar-se.

Ao longo de toda a sua intervenção, a primeira, afinal, confiada às Letras, acabadas de surgir no claustro universitário, o Doutor António Vasconcelos curou de definir a natureza e âmbito da Faculdade, de justificar, de alguma forma, a sua criação recente, na qual se envolvera, de forma ativa e empenhada, de traçar um retrato das disciplinas e saberes nela ministrados e de delinear a sua estrutura e organização internas. Dividia o conjunto de saberes ali praticados em três grupos “de ciências”: as psicológicas, as históricas e as filológicas. Todas

¹ A. R. VASCONCELLOS, Oração de sapiência do ano lectivo de 1912/1913: F. OLIVEIRA (coord.), *Orações de sapiência da Faculdade de Letras 1912-1995*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2002, 15-46. O passo citado vem a p. 36.

elas, sublinhou, tinham por objetivo estudar o homem: o homem em si mesmo, isto é, o seu próprio ser, no caso das ciências psicológicas, o homem através do tempo e do espaço, no caso das ciências históricas, o homem na comunicação dos seus pensamentos e dos seus sentimentos, no caso das ciências filológicas. E não deixou de destacar os instrumentos de que a Faculdade já então dispunha para levar a cabo esta sua missão, nomeadamente os que diziam respeito ao rico acervo documental e bibliográfico confiado à sua guarda.

Era, por assim dizer, uma inequívoca definição de território, como competia ao primeiro Diretor da ainda nova Faculdade; e fazia-o com a legitimidade das funções de que estava investido e com o prestígio académico que consigo trazia já.

António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, de facto, não era tão novo na Universidade de Coimbra quanto a Faculdade que dirigia. A verdade é que pertencia ao grupo de professores da extinta Faculdade de Teologia que, após a sua extinção, por decisão do Governo da República, transitaram para a de Letras. Com ele haviam vindo, também, José Joaquim de Oliveira Guimarães, Joaquim Mendes dos Remédios, Francisco Martins, Porfírio António da Silva e Augusto Joaquim Alves dos Santos, repartidos, todos eles, pelos diversos grupos da Faculdade criada em 1911.

Doutor desde 1886, pela Faculdade de Teologia, foi já na Faculdade de Letras, no entanto, que a sua ação, seja pedagógica, seja científica, seja no âmbito da gestão universitária, foi mais notória. Coube-lhe, como primeiro Diretor, gerir a sua instalação e liderar os primeiros passos da nova Faculdade. Dedicado à investigação histórica, não terá sido por acaso que foi responsável, durante cerca de trinta anos, pelo Arquivo da Universidade de Coimbra. Como é significativo que se lhe tenham ficado a dever a fundação e orientação inicial do então Instituto de Estudos Históricos e bem assim a arrumação da Biblioteca de São Pedro.² A enorme riqueza bibliográfica e documental, aliás, como afirmou na Oração de Sapiência a que acima se fez referência, constituíam, em sua opinião, uma das mais-valias, como hoje se diz, da recém criada Faculdade.

² Torquato S. SOARES, “Prof. Doutor António Garcia Ribeiro de Vasconcelos”: *Revista Portuguesa de História* 2 (1943) 7-23. Vd., também, Damião PERES, “Prof. Doutor António Garcia Ribeiro de Vasconcelos”: *Revista Portuguesa de História* 1 (1940) 7-9; A. PINTO DE CASTRO, “Elogio dos Professores Doutor António de Vasconcelos, Doutor Manuel Lopes de Almeida e Doutor Guilherme Braga da Cruz”: Academia Portuguesa de História (ed.), *A Universidade de Coimbra no seu 7º centenário*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1993, 41-52. A figura de António de Vasconcelos é evocada, aliás, em várias das intervenções reunidas neste livro.

A António de Vasconcelos muito ficou a dever a Faculdade de Letras de Coimbra: foi um dos principais impulsionadores da sua criação; e, durante o período da sua liderança, foi a ele que coube desenvolver inúmeras iniciativas e concretizar os diversos projetos, com vista à sua instalação, no edifício que fora o Teatro Académico. Uma tarefa nada fácil, convenhamos, já porque o espaço era exíguo para acolher as necessidades letivas, ou seja, para albergar todas as disciplinas professadas, já porque o corpo de professores era manifestamente escasso para lecionar todas essas disciplinas.

À segunda dificuldade, foi respondendo à medida que o tempo foi passando; assinala-se, logo no começo, o enriquecimento desse corpo docente, em 1912, com a transferência de Lisboa para Coimbra da Doutora Carolina Micaelis de Vasconcelos, prestigiada romanista, efusivamente saudada por toda a Universidade e pelo então Diretor da Faculdade de Letras.

Quanto à primeira, as soluções não eram fáceis. Até mesmo no conjunto de espaços ligados à própria Universidade o Diretor da Faculdade de Letras deparou com problemas complexos, por vezes, mesmo, suscitados por colegas seus que teimavam em não disponibilizar salas para as atividades letivas da nova Faculdade. Em uma ata de 2 de Março de 1912, encontramos um bom exemplo: o Instituto de Coimbra, a cuja Direção pertenciam Diretores de outras Faculdades, recusara a cedência de salas que, aliás, tinha disponíveis. Transcrevem-se nessa ata, respetivamente, o ofício enviado ao Instituto, subscrito por António de Vasconcelos, a resposta negativa do Instituto ao pedido formulado e, também por ofício, igualmente assinado pelo mesmo Professor, a reação da Faculdade de Letras, onde, em termos duríssimos, se dá conta do sentimento de manifesto desagrado ante o indeferimento obtido. Atente-se neste pequeno passo:

“Quanto ao corpo docente da Faculdade de Letras, parece-me que, exceptuando o seu Director, ele é constituído por professores distintos e bem em evidência, que estão longe de merecer o labéu de *obscuros e insignificantes* a tal ponto que, neste pequeno meio em que vivemos, para serem reconhecidos pelo pessoal do Instituto, se reputasse necessário exhibirem bilhetes de identidade” (uma das exigências da Direção do Instituto).³

Com empenho, lucidez, sentido de missão e mão meticulosa dirigiu o Doutor António de Vasconcelos a Faculdade de Letras até ao final de 1920. Em 16 de dezembro desse ano, em reunião do Conselho, presidida pelo Doutor

³ M. A. RODRIGUES, *A Universidade de Coimbra no século XX: Actas da Faculdade de Letras*, vol. I (1911-1925), Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1989, 12-18.

Joaquim Mendes dos Remédios, é presente uma carta do até aí Diretor, onde, por motivos de saúde, renuncia ao cargo que até então vinha desempenhando.⁴

Mas nem por isso esmoreceu o seu afã de investigador e homem de ciência; até ao final de década de 1930, foi publicando os resultados dos seus estudos, ou seja, até cerca de dez anos depois da sua jubilação, ocorrida em 1930, e um ano antes da sua morte, com 81 anos de idade, em 1941. Doutor em Teologia, desde 1886, e em Letras, desde 1916, foi responsável pela docência de várias disciplinas, no âmbito da Filologia Românica e das Ciências Históricas e em ambas as áreas exerceu o seu labor científico.⁵

Dirigiu António de Vasconcelos, portanto, a Faculdade de Letras de Coimbra, de 1911 até dezembro de 1920. Sucedeu-lhe no cargo, em 1921, Eugénio de Castro, que foi Diretor em dois períodos diferentes e não contíguos; o primeiro, de 1921 a 1924, e o segundo, de bem maior duração, de 1930 a 1939.

Eugénio de Castro, que iniciou a sua carreira na diplomacia (experiência efémera, valha a verdade), foi professor de literatura francesa e poeta, ligado à eclosão do movimento simbolista em Portugal.

Neto e filho de professores universitários (avô e pai eram Professores da Faculdade de Matemática), seguiu, por opção assumida, o percurso das Letras, ao arrepio do rumo para que apontariam esses seus antepassados. Vestígios (quem sabe?) de um outro sangue que lhe corria nas veias, o do poeta Sá de Miranda, de cujo avô descendia sua mãe. Doutor em 1916, depois de, em 1914, ter sido admitido entre os professores da Faculdade de Letras, para a área de Literatura Francesa, foi romanista e estudou a Literatura Portuguesa; mas foi, sobretudo, como poeta que ficou conhecido, com inteira razão, deve dizer-se, já que a sua produção poética supera em dimensão, de muito longe, os seus estudos literários. A ele é, aliás, atribuída a introdução do Simbolismo no nosso país.

Uma leitura atenta das palavras que lhe foram dedicadas em múltiplas ocasiões, nomeadamente na homenagem que a Universidade de Coimbra lhe prestou, em 10 de Junho de 1946, dois anos após a sua morte, não logra descortinar grandes apontamentos sobre outro tema que não seja a sua riquíssima produção literária.⁶

⁴ *Ibidem*, p. 188-189.

⁵ A lista exaustiva da bibliografia publicada por António de Vasconcelos pode ver-se na *Revista Portuguesa de História* 1 (1940) 11-47.

⁶ *Eugénio de Castro: consagração da Universidade de Coimbra (10 de Junho de 1946)*. Coimbra, separata de *Biblos* 22 (1947). Destaque para o elogio pronunciado por Á. J. COSTA PIMPÃO (p. 5-24), a par de outras intervenções institucionais, de portugueses e de estrangeiros.

Escasseiam-nos, por isso, testemunhos a respeito da sua ação à frente da Faculdade de Letras.

Se nos socorrermos das Atas do Conselho, já publicadas (vd. supra), fica a sensação de que, no seu primeiro mandato, entre 1921 e 1924, a sua atividade enquanto Diretor se limitou, por assim dizer, à gestão corrente. Ao reassumir, em outubro de 1930, a mesma função, em resultado de eleição do Conselho, fá-lo a contragosto, pois deixa exarada em ata “a sua natural antipatia por todos os cargos de carácter administrativo”.⁷

Não foi muito diferente do primeiro o segundo mandato de Eugénio de Castro, desta feita de mais longa duração (de 1930 a 1939). Da leitura das Atas ressalta, sobretudo, a ideia de que geriu a Faculdade de forma consensual e sem sobressaltos de maior, a não ser os que resultavam da cada vez maior escassez de docentes para fazer face ao crescimento progressivo da Escola, problema que foi superando, com o apoio do Conselho, através da admissão de professores, alguns dos quais vieram a integrar a galeria dos mais notáveis mestres de Letras da Universidade de Coimbra.

Entre os dois mandatos, se assim podemos chamar-lhe, de Eugénio de Castro, foi Diretor Joaquim Mendes dos Remédios, também ele, como acima se disse, oriundo da Faculdade de Teologia, onde alcançara o doutoramento, em 1895, mas, depois, romanista de reconhecido mérito e prestígio, dedicado à Literatura Portuguesa. O seu mandato como Diretor sofreu uma breve interrupção, em 1926, ano em que exerceu, no Governo, as funções de Ministro da Instrução.

Além de uma notável actividade científica, bem patente nas suas muitas publicações, Mendes dos Remédios alcançou considerável prestígio pela dedicação à Universidade de Coimbra, onde lhe foram confiadas elevadas responsabilidades: foi Reitor da Universidade, de 1911 a 1919, depois de ter sido um dos mais acalorados defensores da criação da Faculdade de Letras, que viria a dirigir entre 1924 e 1930. Viria a falecer dois anos mais tarde, em 1932.

Se Eugénio de Castro era avesso a tarefas administrativas e à gestão da política universitária, de Mendes dos Remédios, portanto, não pode dizer-se o mesmo. Habitado à liderança, no seu mandato de quase sete anos deu disso provas sobejas. Desenvolveu todas as diligências, logo a partir dos primeiros

O volume contém, de p. 45 a 148, a “Exposição bio-bibliográfica e catálogo”, onde figuram quase todos os títulos publicados por Eugénio de Castro. Vd., ainda, M. SILVA GAIO, *Eugénio de Castro, traços biográficos e literários*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1928.

⁷ Ata da sessão de 20 de outubro de 1930: M. A. RODRIGUES, *A Universidade de Coimbra no século XX: Actas da Faculdade de Letras*, vol. I I (1925-1936), Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1991, 142.

dias, com persistência e sentido estratégico, com vista à aprovação dos Cursos de Férias. A ele se fica, igualmente, a dever a fundação da revista *Biblos*, ainda hoje a revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Empenhou-se na concretização das obras que há muito se faziam sentir no edifício da Faculdade. Manifestou o seu inequívoco desagrado em relação à nova lei orgânica das Faculdades de Letras.⁸ Promoveu iniciativas com vista à criação de algumas salas específicas, quais sejam, por exemplo, a Sala do Brasil, a Sala Italiana e a Sala Francesa. Concretizou a colaboração de notáveis professores estrangeiros (Léon Bourdon, Montaigu, Guido Battelli, Joseph Piel, entre outros). Conseguiu legados patrimoniais diversos, de grande utilidade para a subsistência da Faculdade de Letras, em tempos particularmente difíceis.

Sucedeu-lhe, como se disse, Eugénio de Castro, num segundo mandato, de bem mais longa duração que o primeiro. E veio a ser rendido por João da Providência Sousa e Costa, que se manteve em funções durante quatro anos, de 1939 a 1943, num primeiro mandato e, mais tarde, durante oito anos, de 1955 a 1963.

A Providência e Costa, catedrático de Filologia Germânica, ficou dever-se a criação do Instituto de Estudos Alemães, o primeiro a ser fundado em Portugal. A sua larga experiência no ensino do Português no estrangeiro (em Berlim, primeiro, e, depois, em Columbia) tinha-o levado a empenhar-se ativamente na concretização, na Faculdade de Letras, dos Cursos de Português para Estrangeiros, nesse tempo na modalidade de cursos de férias; um projeto que revelava já uma visão estratégica, como prova o facto de, desde então, terem vindo a funcionar ininterruptamente. Marca indelével do seu mandato foi, também, a criação de várias revistas da FLUC, algumas das quais se publicam ainda. Foi, além disso, Diretor da Biblioteca-Geral da Universidade de Coimbra.

Ao germanista sucede, pela primeira vez, um geógrafo, Amorim Girão, que se manteve no cargo durante onze anos, de 1944 a 1955 (viria a falecer em 1960, com sessenta e cinco anos de idade, quando muito havia, ainda, a esperar das suas qualidades de professor e investigador).

Fizera a sua formação já na Faculdade de Letras, em Ciências Históricas e Geográficas, em 1916; e nela se doutorara em 1922. É ele o primeiro de entre os grandes professores que marcaram a história da Geografia na Faculdade de Letras de Coimbra, onde foi Professor Bibliotecário e Diretor do Instituto de

⁸ Ata de 20 de novembro de 1926, op. cit., 64.

Estudos Geográficos, além de fundador do Centro de Estudos Geográficos, de cujo Boletim foi Diretor.

Estávamos no período pós-guerra e o mundo confrontava-se com o desafio imenso do ressurgimento a partir das ruínas e da devastação. Nesse contexto, em que tudo pareciam incertezas, Amorim Girão tinha consciência do lugar nuclear que deviam ocupar as Letras e as Humanidades na reconstrução do futuro. Por isso, ao ser chamado a proferir a oração de sapiência no começo do ano letivo de 1948/1949, quis deixar vincada a sua convicção do papel que cabia à Universidade e, nela, depreende-se, às ciências do pensamento:

“Numa época de crise como a nossa, a Universidade não pode nem deve limitar-se, efectivamente, a preparar burocratas ou técnicos especializados que se encerrem com pensamento egoísta dentro da sua torre de marfim.

Deve assumir, nesta época tão roída de incertezas, o papel que assinalou a sua fundação nos conturbados tempos medievais, cultivando as inteligências, iluminando o caminho das gerações, fortalecendo e apertando os laços da comunidade nacional.

Deve interessar-se sobretudo pelo que constitui as «ideias vivas da nossa época», na expressão de Ortega y Gasset, actualizando o seu ensino e colaborando na resolução dos grandes problemas nacionais e internacionais.”⁹

E apontava, já nessa altura, Amorim Girão, logo depois, o caminho da internacionalização, como um objetivo estratégico da Universidade; internacionalização concretizada, desde logo, no intercâmbio de docentes e estudantes com o Brasil, depois no estreitamento de relações com as então colónias, como forma de, através do saber, alcançar o desenvolvimento desses territórios, e, finalmente, no aprofundamento de relações de cooperação com os demais países do mundo, a começar pela Europa. Um desígnio, afinal de contas, que só o final do século XX veria ser concretizado, sem ambiguidades.

Sublinhava, nesse aspecto, o papel que podiam desempenhar os Cursos de Português para Estrangeiros, em que a Faculdade de Letras tinha já uma experiência, no âmbito dos Cursos de Férias, de mais de duas décadas e meia, por ele classificada de “escola de cidadania mundial”.¹⁰

O geógrafo Amorim Girão parecia lançar as bases de um projeto a longo prazo, a que o futuro viria inequivocamente a dar razão.

⁹ AMORIM GIRÃO, Oração de Sapiência do ano lectivo de 1948/1949: F. OLIVEIRA (coord.), *Orações de sapiência da Faculdade de Letras 1912-1995*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2002, 103-136. O passo citado vem a p. 123.

¹⁰ *Ibidem*, p. 131.

Regressado ao lugar de Diretor, em 1955, Providência e Costa, aí permaneceu até 1963, ano em que foi rendido por Álvaro Júlio da Costa Pimpão, de novo um romanista, nascido no começo do século, em 1902, doutorado em Filologia Românica desde 1943 e, até então, Diretor dos Instituto de Estudos Franceses, do Instituto de Estudos Brasileiros e do Centro de Estudos Românicos. Investigador de enorme prestígio e autoridade no domínio dos estudos literários, ocupou o lugar até 1970, em período difícil, marcado já pelas lutas estudantis e pela instabilidade resultante da debilidade do regime que, conforme a História viria a confirmar, caminhava a passos largos para o seu declínio irreversível.

Acresce que o tempo de liderança de Costa Pimpão corresponde ao momento em que começava a acentuar-se um conflito, estéril e inútil, além de absurdo, bem o sabemos, que viria a assumir proporções cada vez mais significativas: o conflito entre o chamado mundo da “ciência pura” ou das ciências exatas e tecnológicas e o das ciências humanas. À medida que os caminhos do progresso científico iam sendo, entre nós, cada vez mais sensíveis, mais se agudizava a tentativa de subalternização de tudo quanto cabia sob a designação genérica de Humanidades.

Disso tinha consciência Costa Pimpão, ele mesmo um humanista e professor prestigiado de um dos ramos das humanidades, os estudos literários. Na Oração de Sapiência que pronunciou em 1964,¹¹ ainda o seu mandato ia, a bem dizer, no começo, dava conta dessa ameaça iminente:

“Sábios, sociólogos, moralistas, pregadores têm posto em evidência os perigos de uma ciência a que parece faltar uma consciência, que espera ainda (para me servir de uma velha frase de Bergson) «um suplemento de alma»”.¹²

Enumera, por isso, uma vasta lista de autores que, ao longo dos anos, desde o século XVIII, vinham já alertando para os malefícios do império da tecnologia sobre o ser humano. Vale-se de filósofos, mas, essencialmente, de ficcionistas. E afirma, sem ambiguidades, que o menosprezo das ciências humanas corresponderá, se a tempo se não atalhar a essa via perigosa e suicida, à anulação do próprio Homem. Isso o leva, na esteira de Fernand Robert, a afirmar as virtualidades do humanista, como tal entendendo aquele que ao ser humano se dedica:

“O humanista ocupa-se do que o homem é. Ele parte do princípio de que existe uma natureza humana e que ela é imutável e permanente no essencial.

¹¹ Á. J. COSTA PIMPÃO, Oração de sapiência do ano lectivo de 1964/1965: F. OLIVEIRA (coord.), *Orações de sapiência da Faculdade de Letras 1912-1995*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2002, 183-211.

¹² P. 196.

Quaisquer que sejam os esforços que ao longo dos séculos e agora mesmo se tenham feito e façam para a alterar, podemos estar certos de que ela subsistirá quanto ao essencial”.¹³

E, à beira de concluir, parece querer reafirmar as posições antes dele assumidas pelos Diretores da Faculdade de Letras que, no mesmo espaço e no mesmo contexto ritual, o haviam antecedido:

“Na realidade, como diria aqui um escritor já citado, as humanidades não aumentam a velocidade de nenhum veículo, não acrescentam a produção de nenhuma fábrica e nunca enriqueceram ninguém. No entanto, ninguém ousaria qualificar de civilizada uma nação onde a vida intelectual não lhes desse lugar, mesmo que nela houvesse numerosos laboratórios de física e de biologia.”¹⁴

De alguma forma, Costa Pimpão assumia assim, perante o claustro universitário, um programa de ação para os anos que se avizinhavam e durante os quais lhe caberia presidir aos destinos da Faculdade de Letras.

A Costa Pimpão veio a suceder, em 1970, Américo da Costa Ramalho, último Diretor da Faculdade de Letras durante o regime da ditadura. Formado, também ele, pela Faculdade de Letras, em 1945, e doutor desde 1952, era catedrático desde 1954, ainda não tinha bem atingido os 32 anos de idade. Acumulou com as funções de Diretor da Faculdade de Letras as de Diretor do Arquivo da Universidade de Coimbra. Foi, ainda, deputado à então Assembleia Nacional. E, mais tarde, depois de uma prestigiada carreira, nacional e internacional (Professor visitante em Nova Iorque e no Rio de Janeiro), viria a ser Diretor do Instituto de Estudos Clássicos e do Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos.

Se não era fácil o contexto em que exerceu funções Costa Pimpão, muito menos o era o que envolveu o mandato de Costa Ramalho. A instabilidade política era evidente, as lutas estudantis agudizavam-se, o regime, inequivocamente, dava sinais de fragilidade, para não dizer agonia, e a contestação política à ditadura fermentava, em especial, no interior da Universidade. Tomou Costa Ramalho por missão arbitrar conflitos, gerir equilíbrios instáveis, servir a Universidade com lealdade ao Governo de quem dependia, mas sem afrontar os seus colegas que contestavam esse mesmo Governo e o regime. Era, convenhamos, um equilíbrio difícil, a que Costa Ramalho soube responder com bom senso e ponderação, até à sua substituição, em julho de 1974, já no período pós-25 de abril, pelos novos órgãos, adaptados ao espírito revolucionário reinante.

¹³ P. 204.

¹⁴ P. 210.

Ao Diretor sucede, então, uma Comissão de Gestão, a quem cabia gerir os destinos da Escola nesse período assumidamente transitório. A ela presidiu José Sebastião da Silva Dias, historiador, fundador do Instituto de História e Teoria das Ideias e mentor de toda uma geração de grandes historiadores que marcaram (e marcam, ainda hoje) a história da Faculdade de Letras e a História na Faculdade de Letras. Foi este um dos períodos mais conturbados da história recente; o processo revolucionário que se seguiu ao 25 de abril de 1974 traduziu-se, nalguns casos, em movimentações radicais que pretenderam fazer uma espécie de “ajuste de contas” com o passado; o resultado desse clima de intolerância foi o afastamento compulsivo de diversos docentes universitários, muitos deles prestigiados professores da Faculdade de Letras, que se viu, dessa forma, privada de alguns dos seus mais prestigiados mestres. Esse foi o período conturbado da gestão de Silva Dias.

Foi efémero, no entanto, o mandato dessa Comissão de Gestão, logo depois, em 1975, rendida por uma outra, presidida por Jorge de Alarcão.

O distinto catedrático de Arqueologia, aliás, lideraria os destinos da Faculdade de Letras por três vezes: primeiro, em 1975/1976, à frente da Comissão de Gestão; depois, já na vigência de novo regime jurídico, como Presidente do Conselho Diretivo, de 1981 a 1983 e de 1985 a 1988.

À Comissão de Gestão sucederia, em 1976, uma Comissão Diretiva Provisória, ainda na expectativa de um novo modelo organizacional; a ela preside Maria Helena da Rocha Pereira, a professora que durante mais tempo exerceu funções em cargos de alta responsabilidade na Faculdade de Letras; Presidente da Comissão Diretiva Provisória em 1976/1977, viria, a seguir, a presidir ao Conselho Científico, durante uma vintena de anos.

Ao efémero mandato de Maria Helena da Rocha Pereira sucedeu, ainda em plena fase de transição, Andréa Crabée Rocha, professora de literatura francesa, que presidiu aos destinos da FLUC durante pouco mais de um ano, de Março de 1977 a Março de 1978.

O primeiro Presidente do Conselho Diretivo, já segundo o novo modelo de gestão democrática, foi Manuel de Oliveira Pulquério, eleito por amplo consenso, ou seja, em resultado de entendimento alcançado entre duas listas que haviam concorrido à Assembleia de Representantes. Pouco tempo, todavia, este Professor Catedrático de Filologia Clássica se deteve no cargo (1978), pois viria a ser chamado para o exercício das funções de Vice-Reitor da Universi-

dade. Mas foi a ele que coube liderar a concretização do conjunto de normas resultantes da nova legislação sobre gestão democrática, recentemente aprovada.

A Manuel de Oliveira Pulquério sucederia um catedrático do Grupo de Filosofia, Miguel Baptista Pereira, que foi Presidente do Conselho Diretivo de 1978 a 1981.

Em 1981 regressa à liderança da FLUC Jorge de Alarcão, que preside, agora, ao Conselho Diretivo, até 1983, ano em que cede o lugar a Ludwig Franz Scheidl, oriundo da Filologia Germânica. Ludwig Scheidl marcou, também, de alguma forma, os últimos anos do século XX, seja como Presidente do Conselho Diretivo, até 1985, seja, depois, como Presidente do Conselho Científico.

Ao germanista sucede, uma vez mais, o arqueólogo Jorge de Alarcão, que dá o lugar, em 1988, a João Lourenço Roque, catedrático de História, o qual retoma os mandatos de duração mais prolongada, que se não conheciam já desde Costa Pimpão. Manteve-se, de facto, seis anos à frente da Faculdade, de 1988 a 1994, ano em que, à semelhança do que sucedera com Manuel de Oliveira Pulquério, trocou as funções de Presidente do Conselho Diretivo da FLUC pelas de Vice-Reitor da Universidade.

Em razão da saída de João Roque, é eleito para presidir ao Conselho Diretivo Francisco de São José Oliveira, que ocupou o lugar entre 1994 e 2000.

Seguiram-se-lhe, primeiro, Maria Alegria Marques (2000 a 2002) e Lúcio Sobral Cunha (2002 a 2006).

O signatário destas linhas viria a ser o último Presidente do Conselho Diretivo, de 2006 a 2009, e, também, o primeiro Diretor, já segundo o novo modelo de gestão, uma vez que o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, aprovado em 2008, substituiu o Conselho Diretivo por um Diretor, em cargo de responsabilidade unipessoal.

De 1911, ano em que dá os seus primeiros passos, após a sua criação por decisão do Governo da recém nascida República, e ano em que na sua liderança se afirma, durante uma década, António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, até hoje, em 2011, longa e nem sempre pouco atribulada foi a vida da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Objeto de sucessivas reestruturações, umas mais duradouras, outras mais efémeras, conheceu múltiplas lideranças, cada uma delas a impor, como é inerente ao próprio cargo e à função, a sua marca pessoal. Conheceu sete Diretores, até 1974 (dois deles em dois mandatos

não contíguos), depois dois Presidentes de Comissão de Gestão, a seguir uma Presidente de Comissão Diretiva Provisória, depois dez Presidentes de Conselho Diretivo, o último dos quais seria, finalmente e de novo, Diretor, com o reassumir da velha designação para um novo modelo de gestão e um novo regime. Lideranças diversificadas, em períodos todos eles claramente distintos, mesmo quando sequenciais.

Foram ditando as leis, o ordenamento jurídico, o contexto histórico, político, académico, social, opções quase nunca coincidentes. As modalidades de liderança eram ditadas pela personalidade e estratégia de quem tinha recebido por missão dirigir a Faculdade, mas também, as mais das vezes, pelas circunstâncias. Os sucessores de António Garcia Ribeiro de Vasconcelos à frente da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra contribuíram, todos eles, para a sua afirmação e transmitiram, de mão em mão, qual testemunho em longa maratona de um século, o legado que foram recebendo dos seus antecessores.

De alguns se faz mais facilmente a história, distanciados que ficam já destes dias incertos do presente; de outros, mais difícil se torna ler a sua obra, porque a demasiada proximidade dos seus mandatos não consente, ainda, um juízo frio, distanciado e, portanto, objetivo das suas lideranças.

De uns e outros, porém, se pode dizer que souberam ser herdeiros do legado de António de Vasconcelos. E que souberam, sempre, fazer jus às palavras que, em jeito de premonição estratégica, a bem dizer intemporal, pronunciou na Sala dos Actos Grandes, em Outubro de 1912: uma educação, “simultaneamente moral, política e cívica, tão necessária em uma sociedade democrática, só pode ser dispensada pela cultura humanística; é função, já directa, já indirecta, das Faculdades de Letras.”

Recebido em/Text submitted on: 10/05/2011

Aceite em/Approved on: 21/05/2011